

# **A construção e a expressão da identidade e a autonomia da criança trans na perspectiva da família**

Gustavo Henrik Martins Aires de Santana<sup>1</sup>, Andrea Santana de Souza Leone<sup>2</sup>, Ana Karina Canguçu-Campino<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Discente do Centro das Humanidades (CHU/UFOB, Barreiras-Ba/Brasil), [gustavo.s5197@ufob.edu.br](mailto:gustavo.s5197@ufob.edu.br)

<sup>2</sup>Docente do Centro das Humanidades (CHU/UFOB Barreiras-Ba/Brasil), [andrea.santana@ufob.edu.br](mailto:andrea.santana@ufob.edu.br)

<sup>3</sup> Psicóloga do Hospital das Clínicas (HUPES/UFBA Salvador-Ba/Brasil), [karinafca@gmail.com](mailto:karinafca@gmail.com)

O presente estudo tem como objetivo discutir o direito ao próprio corpo da criança trans na perspectiva do poder familiar. A abordagem dessa temática se faz relevante uma vez que existem poucas decisões jurisprudenciais e carência de debates que visem a regulação entre os interesses dos protegidos e dos protetores ao se relacionarem através do poder familiar. A metodologia é de abordagem qualitativa, a fim de análise das subjetividades e estudo das relações interpessoais, utilizando-se da revisão de literatura, legislação e jurisprudência, assim como, na última etapa da elaboração do trabalho, entrevistas. Dessa forma, abordando o suporte oferecido, bem como limites impostos à criança trans quanto sua autonomia sobre o próprio corpo em conflito com o poder decisório e representativo da instituição familiar. Sendo a família uma dessas instituições que estruturam a sociedade, esta se conecta diretamente com outros ideais construídos a partir da lógica binária, como a heteronormatividade e a cisgeneridade, desta maneira, é necessário entender como se dá essa relação entre a subjetividade, desenvolvimento, expressão e autonomia da criança trans, para com a estrutura familiar frente à patologização infundada da transsexualidade, bem como à capacidade civil e outros aspectos jurídicos. Tendo isso em vista, é exposto o papel do poder familiar como principal promotor da dignidade e bem estar da criança, porém é necessário entender até onde essa dignidade e bem estar alcançam as crianças trans. A pesquisa em desenvolvimento visa contribuir, portanto, para o direito pátrio em um campo ainda pouco explorado do conhecimento jurídico. A hipótese deste trabalho é de que o suporte de instituições públicas e, principalmente, informação sobre o tema, pode garantir que a família exerça seu papel com maior foco no melhor interesse e proteção integral da criança, preocupando-se com os direitos da personalidade e autonomia da criança trans.

**Palavras-chave:** Autonomia; Criança; Transsexualidade; Personalidade; Família;

**Agência Financiadora:** CNPq